

INTRODUÇÃO

A escravatura: definições e representações

Uma prática universal

A escravidão é a negação do ser humano, cujo intuito consiste em reduzi-lo ao estado em que se explora sua força de trabalho. A escravatura não está associada a uma civilização, nem a um espaço geográfico, tampouco a determinada época: ao longo da história das civilizações, trata-se de uma das formas mais constantes da dominação absoluta de seres humanos pelos semelhantes. Definida em termos jurídicos, a escravidão transforma o indivíduo em uma coisa nas mãos de um senhor que dispõe soberanamente de seu corpo, de seu trabalho e de seus bens; à semelhança do que ocorre com um animal, ele pode ser vendido ou contratado por determinado tempo e por um preço estipulado.

No momento em que esta definição jurídica é codificada no direito romano, a instituição já existia há vários milênios. Para alguns, ela confunde-se com a estrutura familiar: “A propriedade, cuja primeira forma, seu germe, reside na família, grupo em que a mulher e os filhos são os escravos do homem” (MARX & ENGELS. *A ideologia alemã*). Para outros, a escravatura está condicionada pela gestão dos recursos nas sociedades ditas primitivas: ela desenvolve-se nas sociedades em que a mão de obra não está disponível voluntariamente. No contexto de uma economia em que os homens trabalham para subsistir com meios modestos, ao alcance de suas capacidades físicas, em que o acesso às terras cultiváveis está amplamente aberto a todos os membros de uma comunidade, em que cada um pode trabalhar para si mesmo, não há grupo individualizado de trabalhadores. Impõe-se recorrer a coações extraeconômicas, entre as quais a escravidão, para valorizar o espaço. No entanto, há consenso entre a maioria dos analistas para reconhecer o fato de que a violência armada está globalmente na origem da escravidão. A guerra é a grande fornecedora de escravizados: é extremamente considerável o número de escravizados capturados no decorrer de rápidas incursões para utilizá-los nas galés e, mais tarde, ao laço para o tráfico transatlântico. Na Península Ibérica, na Idade Média, a expressão “escravo cativo” é uma tautologia.

O escravizado é geralmente um estrangeiro; assim é que, nos primórdios de Roma, a mesma pa-

lavra designa o escravizado e o estrangeiro. O termo *servus* teria derivado de *servare*, sentido que se encontra ainda em “conservar” (manter vivo). Entre os antigos hebreus, a escravização ocorre unicamente com pessoas exteriores à comunidade: “O escravo ou a escrava que tiveres virão das nações que vos cercam. Deles podereis comprar escravos e escravas. Podereis também comprá-los entre os filhos dos estrangeiros que vivem convosco, nascidos no país, ou entre suas famílias que moram convosco. Serão propriedade vossa, e podereis deixá-los como propriedade hereditária aos vossos filhos. Deles sempre podereis servir-vos como escravos, mas quanto aos vossos irmãos israelitas, ninguém domine com dureza o irmão” (Lv 25,44-46).

Escravatura e servidão

O étimo *servus* é substituído no Ocidente, por volta do ano mil, pelo termo *sclavus*, procedente do direito germânico. Ele designa, em particular, as populações das regiões especificamente eslavas; seu uso, porém, é estendido aos árabes, turcos e gregos. O termo *servus* é reservado, de forma cada vez mais restrita, aos *servi casati*, antigos cativos a quem a Igreja e, em seguida, os aristocratas – por acharem tal situação mais rentável – atribuíam uma casa e um pedaço de terra, em vez de terem de assumi-los inteiramente como escravizados. Essa é a origem dos servos, arrendatários não livres, mas cujo estatuto jurídico não se confunde com o do escravizado na Antiguidade, tampouco com o dos hilotas de Esparta.

Ao lado dos cativos, convém mencionar igualmente os que se encontram subjugados sob o peso de dívidas em uma relação na qual todos os recursos econômicos estão bloqueados e a mão de obra é insuficiente. Em determinadas sociedades de penúria, havia também o costume da roda dos expostos na qual eram depositadas as crianças enjeitadas que, se não morriam, tornavam-se a propriedade de quem as encontrasse. Coexistiam assim indivíduos propriamente não livres (escravizados *stricto sensu*), livres (os senhores ou homens livres) e categorias intermédias em que a livre-disposição da pessoa pode coexistir perfeitamente com uma condição de dependência econômica ou um *status* social inferior ao do escravizado: esse era o caso dos colonos na Antiguidade, dos servos na Idade Média, dos *peones* da América Hispânica etc.

“A escravidão por natureza”: de Aristóteles aos Padres da Igreja (séculos II-VII)

A justificativa teórica à qual remetia toda essa diversidade de condições foi, durante vários séculos no Ocidente e no mundo árabe e muçulmano, este trecho de Aristóteles: “A utilidade dos animais domésticos e a dos escravos é praticamente a mesma; com o apoio de sua força corporal, uns e outros ajudam-nos a satisfazer as necessidades da existência [...]. Assim, a guerra é de alguma maneira um meio natural de adquirir; a caça faz parte dela; usa-se desse meio para capturar os animais selvagens e os escravos que,

tendo nascido para obedecer, recusam-se a submeter-se [...]. A escravidão é, portanto, um modo de aquisição natural que faz parte da economia doméstica. Esta deve ter sob sua mão todas as coisas ou, caso contrário, deve saber onde encontrá-las, sob pena de não acumular esses meios de subsistência indispensáveis à coesão tanto do Estado, quanto da família” (ARISTOTELES. *Política*, I, 4, 7).

Essa argumentação foi adotada pelos teólogos cristãos, até o século XIX, para justificar a manutenção da escravatura nas colônias e no Sul dos Estados Unidos: “Quanto à alegação de que a escravidão é contrária ao cristianismo [...], contestamos da maneira mais absoluta que se encontre, seja no Antigo ou no Novo Testamento, a mínima referência no sentido de que a escravidão deve ser abolida ou que o senhor comete um delito ao possuir escravos. Os próprios israelitas possuíam escravos e não eram condenados por isso [...]” (DEW. T.R. “Abolition of Negro Slavery”, 1932).

Da escravidão às sociedades escravagistas

Não existe um patamar numérico a partir do qual seja possível falar de “sociedade escravagista”, ou suscetível de determinar rigorosamente situações históricas fundadas no “modo de produção escravagista”. Segundo Peter Garnsey (2005; cf. ANEXOS - 3. A: Obras gerais), para definir tal sociedade, por oposição a uma sociedade que possui escravizados, o ponto crucial não é o número de escravizados, mas o fato de que eles acabam desempenhando um papel vital na produção. Nessa mesma lógica, Moses Finley (1981; cf. ANEXOS - 3. A: As escravidões na Antiguidade) identifica cinco sociedades desse tipo: duas na Antiguidade (Grécia clássica e Itália romana); e três na época moderna (Estados Unidos, Caribe, Brasil).

Essa abordagem “economicista” (proporção de escravizados em relação à população livre e papel do trabalho servil na produção) tem o inconveniente de não incluir sociedades em que a escravidão era maciça, mas não aplicada sistematicamente à produção mercantil. Ora, a escravidão não é um estágio da evolução humana, mas um tipo de relações sociais que existiu em todas as regiões do mundo e em todas as épocas. Estudos recentes sobre a África, o Sudeste Asiático, a Índia e o Oriente Próximo mostram que se encontram, em toda a parte, multidões em condição servil (de um terço à metade da população para a África negra antes da colonização). Ora, essas sociedades tradicionais não se baseiam em economias de plantação para a exportação. Assim, houve numerosas sociedades que, apesar de possuírem escravizados, não correspondem à definição clássica adotada para a expressão “sociedade escravagista”: o serviço doméstico e as minas eram, nesse aspecto, igualmente importantes. O serviço doméstico foi assimilado, durante muito tempo, a uma situação aprazível, a condições de vida, às vezes, invejáveis; a seu respeito, falava-se de

escravidão branda, em contraste com o trabalho nas minas ou nas plantações. Eis uma concepção teórica que está longe de levar na devida conta a realidade.

Cartografar as escravidões

A ambição deste *Atlas das escravidões* consiste em apresentar, sob uma forma gráfica e cartográfica, as grandes linhas dos conhecimentos históricos mais recentes sobre esses temas que suscitam debates, inclusive, no âmbito de nossa atualidade. Desde a Antiguidade até o século XXI, todas as formas de escravidão e de tráfico de escravizados são levadas em consideração aqui, além de serem visualizadas a partir dos dados estatísticos acumulados pelos pesquisadores dos diferentes domínios escravagistas.

No entanto, a natureza das fontes e a amplitude das pesquisas eruditas disponíveis, bem como a acuidade dos debates atuais, colocam o “tráfico colonial de escravizados” no primeiro plano de nosso Atlas. Esse tráfico transatlântico e para o Oceano Índico, as sociedades escravagistas das Américas e das ilhas Mascarenhas (Maurício e Reunião), as abolições da escravidão do final do século XVIII até a década de 1880 ocupam aqui uma posição central que está longe de ser exclusiva. Com efeito, esse tráfico transatlântico, organizado pelas principais potências europeias, insere-se nos circuitos tradicionais para levar o comércio de seres humanos a uma escala inédita, desde o século XVII, que atinge seu auge nos séculos XVIII e XIX.

A expansão do tráfico de escravizados e da economia baseada nas plantações, assim como a internacionalização das trocas, têm como contrapartida o rápido desenvolvimento de um movimento abolicionista estruturado no plano internacional. A legislação abolicionista é oriunda da convergência das revoltas de escravizados, multiformes, inseparáveis da própria condição servil, com a tomada de consciência que se desenvolve na Europa Ocidental mediante o pensamento crítico. Todos esses fenômenos são o objeto, neste Atlas, de cartografias originais e comparativas, dando uma visão espacial de fatos históricos que são estudados, na maior parte das vezes, separados uns dos outros. Assim, através desse mapeamento e dessas representações gráficas da longa história das práticas escravocratas e de suas consequências até nossos dias, o editor e os autores deste Atlas pretendem pôr à disposição dos investigadores e do grande público um instrumento de trabalho inovador e eficaz.

Marcel Dorigny
Bernard Gainot